

Iseb: do nacional- desenvolvimentismo à revolução brasileira

Iseb: from national developmentalism
to Brazilian revolution

Angélica Lovatto*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.002>



Arquivo Público do Estado de São Paulo/Última Hora

Juscelino Kubitschek inaugura a sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1957

RESUMO

Este artigo retrata, sinteticamente, a importância do resgate como um todo da história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, defendendo a hipótese de que a valorização da figura do intelectual público é um dos maiores legados que o instituto e seus autores deixaram às gerações subsequentes. A produção intelectual do Iseb, que caminhou da proposta nacional-desenvolvimentista para as propostas táticas e estratégicas sobre a realização de uma revolução brasileira, conforma não só uma heterogeneidade iseiana, mas sua importância histórica e política não só para o Brasil pré-1964, mas também pela atualidade e pertinência de seus propósitos no atual momento político de luta contra as forças de direita no país.

Palavras-chave: Iseb. Nacional-desenvolvimentismo. Revolução brasileira.

ABSTRACT

This article summarizes the importance of recovering the history of the Higher Institute of Brazilian Studies as a whole, arguing that the appreciation of the role of public intellectual is one of the greatest legacies the institute and its authors has left to subsequent generations. The path from national-developmentalism to tactical and strategic proposals for the realization of a Brazilian revolution conform not only an “Isebian” heterogeneity, but the characteristic of its historical and political importance not only for pre-1964 Brazil, but also its topicality and relevance at this moment, in which democratic and progressive forces struggle against right-wing forces in the political scene of the country.

Keywords: Iseb. National developmentalism. Brazilian revolution.

1. INTRODUÇÃO

A luta ideológica é um importante momento da luta de classes.

Friedrich Engels,
Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb, 1955-1964) deixou uma herança importantíssima para o nosso país, embora ainda praticamente desconhecida pelas gerações contemporâneas. Uma das suas principais contribuições, e que faço questão de destacar com veemência, foi a valorização do *intelectual público*, que praticamente desapareceu do cenário brasileiro no pós-1964. Urge reabilitar esse tipo de intelectual para enfrentar os dilemas atuais da política brasileira.

Intelectual público, na demarcação iseiana, é aquele que formula teoria com vistas a uma intervenção prática na realidade. Não é o intelectual diletante, o estúdioso que se desconecta do compromisso imediato com a realidade brasileira. Claro que isso vale tanto para os conservadores quanto para os progressistas, por assim dizer, naqueles idos pré-1964.

Nas diferentes fases do Iseb, tanto os intelectuais que se definiam por uma intervenção de corte nacional-desenvolvimentista quanto aqueles que chegaram a propor um projeto de revolução brasileira, de cunho socialista, foram intelectuais públicos. De Helio Jaguaribe a Guerreiro Ramos, de Roland Corbisier a Álvaro Vieira Pinto, de Ignácio Rangel a Ewaldo Correia Lima, de Candido Mendes a Nelson Werneck Sodré, todos eles formularam (e publicaram seus textos) propondo intervenções políticas articuladas.

O desconhecimento da *história completa* do Iseb ainda é uma realidade, justamente em função da incompreensão — e mesmo rejeição — do papel do intelectual público no pós-1964. O instituto ainda não foi suficientemente estudado e, muito menos, registrado razoavelmente pela historiografia brasileira. Daí que a organização do presente dossiê tem grande importância histórica e contemporânea.

O Iseb era uma organização intelectual fora da universidade, embora mantivesse boas relações com ela, evidentemente. Não havia razão para o contrário. Nos idos dos anos 1950 e 1960, o Brasil florescia e fervia nas lutas populares. A formulação intelectual não estava trancada no espaço acadêmico. Ela fluía nos institutos, partidos políticos, movimentos (estudantis, sindicais, rurais) etc. Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, por exemplo, foi o autor do primeiro volume da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, publicação do Iseb iniciada em 1962 para discutir um projeto nacionalista com vistas à revolução brasileira. De um modo geral, portanto, estava em discussão (e formulação) um conjunto de definições estratégicas e táticas, tanto no campo nacional-desenvolvimentista quanto no campo nacionalista revolucionário.

Após o golpe de 1964, como sabemos, a articulação do regime ditatorial tirou de cena, por meio da repressão (exílio, prisão, tortura e assassinato), a discussão

Intelectual público, na demarcação isebiana, é aquele que formula teoria com vistas a uma intervenção prática na realidade. Não é o intelectual diletante, o estudioso que se desconecta do compromisso imediato com a realidade brasileira

aberta sobre os projetos de esquerda e reestruturou todo o sistema universitário brasileiro, de modo a responder de modo obediente e subordinado à Usaid (United States Agency for International Development). E mesmo depois da chamada abertura, em 1979, jamais o Brasil voltou a ter vida intelectual ativa e consequente fora da universidade. Separou-se, como regra escrita (e não escrita), a produção intelectual da atividade política, restando apenas poucas exceções, ainda assim condenadas a alijar seus autores do processo acadêmico. Até mesmo o marxismo foi trancafiado na universidade, tornando-se, numa gritante contradição, um “marxismo acadêmico”. O caráter fértil e articulado do padrão teórico-político do *intelectual público* foi substituído

aos poucos, culminando na instituição do intelectual que corresponde ao império do Lattes: para o primeiro, publicar significava alimentar um movimento de ideias, com padrão científico-teórico, com vistas a uma intervenção prático-política; para o segundo, publicar é somar, pelo eventual mérito da publicação, pontos na carreira, sem um padrão de atividade intelectual que possa, necessariamente, comprometê-lo com as lutas de seu país (consideradas as honrosas exceções daqueles que, muitas vezes ainda no exílio ou de volta ao Brasil, tentavam manter o padrão do intelectual público, mas não tiveram chance na universidade brasileira após a chamada redemocratização).

Foi assim que se formou no Brasil um duplo processo, que venho caracterizando em meus estudos e pesquisas como a *historiografia do silêncio* e a *historiografia da desqualificação*, que habilmente se revezaram durante os “anos de chumbo” e permaneceram a influenciar a “escolha de objeto” dos estudos brasileiros após o suposto esgotamento da ditadura. Como Engels demarca, a luta ideológica é um importante momento da luta de classes (ENGELS, 1975). Para combater o inimigo de classe (ou, no caso brasileiro, até mesmo o mais discreto reformista pré-1964), nada melhor do que o silêncio absoluto sobre sua existência ou suas ideias e ações. Foi assim que, durante muitos anos, nem mesmo em livros didáticos aparecia qualquer menção, por exemplo, ao período do nacional-reformismo da presidência de João Goulart. Quando não foi mais possível esconder fatos históricos objetivos, o abuso de adjetivações desqualificativas entrou em cena: Jango era um “comunista”, e teria sido um “covarde” etc. etc. Outro resultado da historiografia do silêncio, para mencionar autores isebianos,

Acervo da família, doado a Fabrício Augusto Souza Gomes



À esquerda, alguns dos intelectuais do Iseb abordados nesta edição. Da esq. para a dir., de cima para baixo: Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Anísio Teixeira, Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe. À dir., Roland Corbisier discursa em solenidade do Iseb, em 1955, observado pelo então ministro da Educação Cândido Motta Filho (ao centro, de óculos)

é o (ainda hoje) quase completo desconhecimento de um dos filósofos brasileiros da maior importância, Álvaro Vieira Pinto.

Sem tempo nem espaço para desdobrar teoricamente essas duas *historiografias* nos limites deste artigo, importa no momento apenas acentuar que, quando não é mais possível silenciar sobre um autor ou um acontecimento, entra em cena a natural substituta da historiografia do silêncio, a historiografia da desqualificação. Menciona-se o autor para dizer que ele não tem padrão científico e que sua produção intelectual está pautada pelo caráter “ideológico”. E ponto-final. Em regra, não se enfrenta uma discussão apurada dos fundamentos de seu pensamento nem se leva em consideração o contexto histórico de suas formulações. Claro que esse processo faz parte do confronto ideológico da contrarrevolução burguesa, no mínimo, desde os idos de 1848, não sendo, portanto, “privilegio” da história recente no Brasil. Mas faço questão de demarcar aqui a culminância da processualidade silêncio/desqualificação, no pós-golpe do país, como um projeto deliberado, justamente porque ocupou de fato uma centralidade do confronto imperialista na América Latina, e o sucesso desse modelo seria decisivo para a vitória das forças capitalistas da “Guerra Fria” em nosso continente.

A título de exemplo, não pode deixar de ser referida, embora não seja meu foco principal neste artigo, a questão do paradoxal “embate silencioso” USP *versus* Iseb¹. Uma parte hegemônica da intelectualidade uspiana simplesmente ignorou o papel do Iseb, justamente para demarcar a rigidez da polêmica e eventual separação definitiva entre ciência e ideologia. E isso, antes mesmo do golpe. A avaliação de uma dada intelectualidade paulista (guardadas poucas honrosas exceções) passava pelo implícito silenciamento em relação àquelas proposituras elaboradas no espaço intelectual do Rio de Janeiro: não é possível considerar os intelectuais do Iseb como inter-

1 Trato desse aspecto em Lovatto (2010b), particularmente no capítulo 4.

Foi assim que se formou no Brasil um duplo processo, que venho caracterizando em meus estudos e pesquisas como a *historiografia do silêncio* e a *historiografia da desqualificação*, que habilmente se revezaram durante os “anos de chumbo” e permaneceram a influenciar a “escolha de objeto” dos estudos brasileiros após o suposto esgotamento da ditadura

locutores, dada sua produção ideologizada e não científica, portanto frequentemente marcada pela manipulação teórica para justificar uma dada intervenção política.

Para dar consequência a essas premissas, o artigo vai caminhar inicialmente pelas distintas periodizações das quais o Iseb foi objeto para demonstrar, subsequentemente, a função social que esse instituto e suas publicações exerceram nos anos pré-1964, defendendo a ideia de que ainda constituem referência crítica e atual para os brasileiros.

2. AS DISTINTAS PERIODIZAÇÕES DO ISEB

Para caracterizar sinteticamente o instituto, a fim de que as gerações contemporâneas compreendam definitivamente sua importância para as lutas políticas atuais no Brasil, é importante começar pelo final: o Iseb — que teve uma breve existência de nove anos (1955-1964) — foi invadido e destruído fisicamente em 1º de abril de 1964. E, por consequência, também foi institucionalmente destruído e inviabilizado pelo golpe de Estado. Portanto, foi alvo da repressão logo no primeiro dia do golpe. A destruição do prédio onde funcionava, no Rio de Janeiro, foi alvo do mesmo tipo de “ódio de direita” que também destruiu o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os ataques a essas duas instituições foram emblemáticos do furor reacionário levado a cabo por um dado setor da sociedade brasileira, resultado de campanha difamatória semeada durante os anos precedentes, através da *agitação e propaganda* de direita, promovidas eficazmente pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e pelo suporte intelectual de forças de direita do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Os documentos do Iseb foram apreendidos ou destruídos e, no caso da UNE, até mesmo consumidos pelo fogo. O “famoso” IPM²

2 Vários foram os inquéritos policiais militares nos quais autores do Iseb foram implicados após o golpe, redundando frequentemente em prisões.



Reprodução: riomemorias.com.br

Fogo destrói o prédio da UNE na Praia do Flamengo. Rio de Janeiro (RJ), 1º de abril de 1964

que tratou do Iseb, após 1964, afirmava, em tom apocalíptico, que os intelectuais daquele instituto pretendiam desestabilizar a ordem capitalista, com vistas à tomada do poder (PEREIRA, 2005a, p. 253).

Nelson Werneck Sodré, que foi preso logo após o golpe e, mesmo depois de liberto, foi intimado a depor no IPM do Iseb, assim se refere à destruição do prédio do instituto:

O Iseb fora, a 1º de abril, invadido e depredado por uma malta de desordeiros, organizada pelos órgãos policiais da Guanabara, recrutada no lumpem da cidade. Nada ficou inteiro no edifício onde funcionara a instituição: as cadeiras e mesas foram quebradas, os quadros, arrancados da parede, e destruídos vidros e molduras, as poltronas foram eventradas, as gavetas, atiradas ao chão, os papéis, espalhados pelo jardim, a biblioteca teve os seus livros rasgados, e as estantes, derrubadas. Ali se encontravam, no momento, apenas três funcionários, o zelador, o copeiro e o faxineiro; passaram dois meses nos cárceres do Dops guanabarino, como se fossem facínoras (SODRÉ, 1978, p. 65-66).

Para entender o desfecho da história do Iseb é importante resgatar alguns estudos. A historiografia brasileira produziu diferentes (embora ainda poucos) trabalhos sobre o Iseb. Portanto, há lacunas a serem preenchidas. Principalmente em relação ao *último Iseb*. Pelos limites deste artigo, não pretendo fazer aqui uma reconstituição total da história isebiana, mas apenas ressaltar os aspectos que trazem à luz o ambiente histórico-político de sua produção teórica.

Sobre o Iseb em seus primeiros anos — considerados por alguns autores como o período que melhor corresponderia aos objetivos nacional-desenvolvimentistas para os quais o instituto foi inicialmente criado —, há um primeiro estudo realizado no Brasil (TOLEDO, 1977) levado a cabo por Caio Navarro de Toledo. O trabalho foi concluído em 1974³ — portanto dez anos após o fim do instituto —, fruto de tese

3 No ano seguinte, foi concluído um estudo sobre o Iseb realizado por uma autora brasileira, na França. Trata-se da tese de doutorado de Abreu (1975).

de doutorado defendida na área de Filosofia na Unesp de Assis e publicado alguns anos depois: *Iseb: fábrica de ideologias* (1977). A disposição do autor foi fazer um exame crítico do conjunto doutrinário produzido pelos intelectuais reunidos no Iseb, fundamentalmente na chamada fase juscelinista do instituto. Até então nenhum estudo sobre o Iseb tinha sido realizado no âmbito acadêmico. E não era à toa. “Razões de Estado” — como ressalta Toledo — tolhiam, ainda em 1974 (portanto, ainda em plena ditadura), o acesso aos arquivos públicos em que a história do Iseb pudesse ser pesquisada. Assim, Toledo explica que a delimitação de seu objeto de estudo, ou seja, a opção por um foco mais direto na fase juscelinista do instituto — em detrimento da fase das reformas de base —, não se deu apenas pelo recorte da pesquisa, mas pela dificuldade de acesso àqueles arquivos⁴.

Toledo observa também outra dificuldade para desenvolver um estudo sobre o Iseb, particularmente na academia paulista. Os estudiosos paulistas discordavam da linha de ação daquele instituto no seguinte aspecto: os isebianos defendiam a aplicação prática das categorias das ciências sociais para o desenvolvimento do país. A academia paulista, em particular a USP, considerava esse tipo de postura pouco científica, dado que estaria destituída de uma suposta neutralidade. Toledo, ao definir esse tema para pesquisa, inclusive ressalta, em nota prévia à publicação do livro, o papel do prof. Octavio Ianni — uma rara exceção nesse quadro —, a quem agradece dizendo que fora ele quem mais o havia incentivado quando, pela primeira vez, arriscou-se a escolher o Iseb como objeto de uma tese universitária, um tema considerado “*maldito* para certos guardiães da intelectualidade nativa” (TOLEDO, 1982, p. 10). Em nota de rodapé esclarecendo essa questão da USP, Toledo afirma:

bem se sabe que a maior parte da intelectualidade de São Paulo — particularmente aquela reunida em torno da Universidade de São Paulo — manteve-se *motu proprio* afastada das realizações e atividades patrocinadas pelo Iseb. As ideologias isebianas jamais tiveram guarida no seio dessa camada de intelectuais; da mesma forma, raramente chegaram a se exteriorizar, a partir dali, críticas e objeções (latentes) ao “nacionalismo desenvolvimentista”. A razão disso parece ser muito simples: em nenhum momento se reconhece a instituição como possível interlocutor para um debate em comum acerca dos problemas que afetavam o capitalismo dependente brasileiro (TOLEDO, 1982, p. 26).

Como se vê, as dificuldades para pesquisar esse tema, ainda na década de 1970, eram muitas. Portanto, esse trabalho de Caio Navarro de Toledo teve importância — concorde-se ou não com as teses ali defendidas — e, por isso mesmo, tornou-se

4 Por incrível que possa parecer, somente a partir do ano de 2004 o Governo Federal inicia a abertura dos arquivos militares, por meio do decreto nº 5.301/2004. Foi então que o material dos IPMs sobre o Iseb pôde ser consultado. Um dos estudos que procurou acessar e analisar essa documentação foi defendido na Unicamp. Trata-se da tese de doutorado de Czajka (2009). Mesmo assim o autor deixa claro que só foi possível dar conta de uma parte do material, que somava em torno de 8 mil páginas no tocante apenas ao IPM do Iseb, fora outros, tais como: IPM da editora Civilização Brasileira, IPM do Partido Comunista, IPM da História Nova etc.

um referencial para os estudos sobre o Iseb, principalmente no que diz respeito à fase desenvolvimentista.

Quaisquer tentativas de periodizar algum objeto de estudo correm o risco de abranger apenas parcialmente seus aspectos. O Iseb não ficou imune a isso. Mas também se sabe que as periodizações ajudam na compreensão de um dado processo e, dentro desses limites, cumprem uma função que pode ser valorizada⁵.

Assim, vou destacar algumas das periodizações feitas a propósito do Iseb, notadamente a da pesquisa de Caio Toledo, e também a de Helio Jaguaribe, por ter sido considerado o mentor intelectual⁶ daquele grupo desde suas origens, muito anteriores à fundação do próprio Iseb, em 1955.

Toledo chega a identificar três fases na história do instituto: o autor procurou diferenciar uma fase bem inicial, quando predominavam figuras de influência liberal muito acentuada e que depois não se firmaram no instituto. Mas, a rigor, o que se destaca são as duas fases subsequentes (e principais) — a que acompanhou o período juscelinista e a que acompanhou o governo João Goulart, particularmente no tocante às reformas de base.

Mas para entender, pela própria definição do autor, a periodização que ele estabeleceu, é importante detalhá-la, da seguinte maneira:

1ª fase: um período bem inicial (menos de um ano), que se estende da criação do instituto, em 14 de julho de 1955, no governo Café Filho, até o que denomina de “encampação juscelinista” (1956), dizendo que essa fase, apesar de curta, foi caracterizada por posições ecléticas e conflitantes; nessa fase, não haveria por parte dos autores ali presentes — dentre eles, Roberto Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Miguel Reale, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Milliet, Augusto Frederico Schmidt — “a menor referência ao nacionalismo como possível ideologia propulsora do desenvolvimento industrial brasileiro; pelo contrário, através do antiestatismo e do tecnocratismo ali defendidos, o antinacionalismo pode ser considerado como a posição ideológica comum a todos eles”. Os autores dessa fase não se firmaram no instituto (TOLEDO, 1982, p. 187).

2ª fase: de 1956 até 1960; essa é a fase que acompanha, aproximadamente, o quinquênio juscelinista, quando a ideologia nacional-desenvolvimentista é hegemônica no Iseb, segundo Toledo. Aqui os *isebianos de primeira hora* predominam: além de Helio Jaguaribe, principal figura do grupo (e que coordena o Departamento de Ciência Política), estão o diretor Roland Corbisier e os coordenadores de departamento Candido Mendes (História), Guerreiro Ramos (Sociologia), Álvaro Vieira Pinto (Filosofia) e Ewaldo Correia Lima (Economia), bem como Nelson Werneck Sodré, que não era coordenador (TOLEDO, 1982, p. 187-188).

5 Outros estudos sobre o Iseb que foram consultados para essa periodização que vou apresentar: Abreu (1975; 2005), Bariani (2005a; 2005b), Bresser-Pereira (2005), Miglioli (2005), Oliveira Filho (1999), Ortiz (1985), Pereira (2005a) e Santos (2005).

6 Assim chamado por Sodré (1978).

3ª (e última) fase: de 1961 até 1964, quando o governo JK é substituído por Jânio Quadros e, depois da renúncia deste, passa a governar Jango, até sua derrubada pelo golpe militar. Essa fase ficou conhecida como aquela que acompanhou as reformas de base. Segundo Toledo, a perspectiva nacionalista não é negada, mas fica sensivelmente atenuada (TOLEDO, 1982, p. 189), predominando as propostas de alteração nas estruturas básicas da sociedade, tais como reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária, reforma fiscal e reforma política.

No ano de 2005, Toledo organizou — a propósito dos 50 anos do instituto — uma coletânea intitulada *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb*. Nessa publicação, Helio Jaguaribe tem um artigo especialmente redigido para a coletânea, no qual aparece outra periodização do instituto. É muito interessante analisá-lo, já que expressa o ponto de vista de quem foi considerado o principal articulador daquele projeto a partir de fins dos anos 1940, desde os tempos da página 5 do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro⁷, passando pelo Grupo de Itatiaia⁸ e a criação do Ibsp⁹, até transformação deste no Iseb, em 1955.

Outro aspecto que faz essa periodização de Helio Jaguaribe merecer destaque é o fato de ter sido definida — em parte — em função da mudança de estatuto do Iseb, justamente no momento em que Jaguaribe e Guerreiro Ramos travaram uma batalha no conselho do instituto, que culminaria — ao fim e ao cabo — com a saída dos dois.

7 Em fins da década de 1940, sob a coordenação de Helio Jaguaribe, um grupo de jovens intelectuais tiveram acesso, através de Augusto Frederico Schmidt, à página 5 do *Jornal do Commercio*. Para Helio Jaguaribe, essa foi a gênese do que viria a ser, mais tarde, o Iseb. Esse grupo — Jaguaribe, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho e Candido Mendes — usavam o espaço da página 5 para expor o resultado de estudos que encontrassem uma formulação epistemológica, sobretudo para as ciências sociais, que superasse o dilema positivismo-marxismo. Segundo Jaguaribe, havia ali um começo daquilo que viria a se tornar uma orientação do Iseb: “A vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade” (JAGUARIBE, 2005, p. 31).

8 O Grupo de Itatiaia funcionou a partir de agosto de 1952, mas fortaleceu-se durante 1953 graças a um grupo de intelectuais cariocas que escreviam na página 5 do *Jornal do Commercio* e a um grupo de intelectuais de São Paulo, que tinham preocupações afins. A união entre os dois grupos foi facilitada por Roland Corbisier, então redator de *O Estado de S. Paulo*. Do grupo de São Paulo faziam parte, em sua maioria, ex-integralistas: Vicente Ferreira da Silva, Renato Czerna, Miguel Reale, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queirós e Ângelo Arruda. O encontro mensal do grupo passou a ser realizado num local a meio caminho entre Rio e São Paulo, a cidade de Itatiaia. O grupo de São Paulo tinha preocupações de caráter mais filosófico e o do Rio era mais inclinado para as ciências sociais, com interesse na aplicação de suas categorias à realidade brasileira, no sentido de desenvolvê-la. Segundo Jaguaribe, houve cisões de ordem ideológica e de interesses dos dois grupos, e prevaleceu a corrente do Rio. Roland Corbisier teria sido o único que passou da posição dos paulistas à dos cariocas, e, inclusive, mudou-se para o Rio de Janeiro. Esse grupo acabou tomando uma forma institucional, e nasceu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibsp) (JAGUARIBE, 2005, p. 32-33).

9 O Ibsp foi criado em 1954, sob a direção de Helio Jaguaribe. O instituto sobrevivia de pequenas contribuições de seus próprios membros. Chegou a publicar cinco números da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, financiada exclusivamente por Helio Jaguaribe, com parte dos proventos de sua atividade como advogado. Mas para tornar-se o instituto necessário aos objetivos traçados pelo grupo, era preciso empreender esforços para sua transformação em uma instituição pública. A partir da iniciativa de Jaguaribe, ainda durante o segundo governo Vargas, acabou nascendo o Iseb, cuja criação oficial aconteceu depois, durante o governo Café Filho, em 1955 (JAGUARIBE, 2005, p. 33).

Segundo Helio Jaguaribe, a ideia que norteou a criação do Iseb — uma instituição que deveria ser ligada diretamente ao Estado — era um tanto diferente da que acabou sendo efetivada. Quando ele entregou o projeto de um instituto de estudos políticos ao então ministro da Educação, Antônio Balbino, ainda durante o segundo governo Vargas, a ideia era mais ampla e previa duas coisas:

em primeiro lugar, algo como o Collège de France ou, em termos mais próximos de nossa realidade, o Colégio de México. Em segundo lugar, fazer algo equivalente à Presses Universitaires de France, uma grande editora que permitisse ao intelectual brasileiro um apropriado instrumento de difusão de ideias e o acesso a livros de alta cultura, traduzidos para o português (JAGUARIBE, 2005, p. 33-34).

O suicídio de Vargas e o alto custo de um projeto desse porte inviabilizaram a criação de duas instâncias (instituto e editora), ficando-se apenas com o que se designou de Iseb, um instituto de estudos que *desenvolvesse um esforço editorial* apoiado pelo Ministério da Educação. Jaguaribe ainda ressalva que contribuiu decisivamente para o projeto ser aprovado — dessa forma, pelo menos — o fato de o ministro da Educação do governo Café Filho, Cândido Mota Filho, ser um homem ilustrado e um

intelectual interessado nesses problemas, que decidiu, por minha iniciativa e com o apoio de Hélio Cabal, dar continuidade àquele projeto [...] mas, dadas as condições da época, compreendeu que ela deveria se dar em escala muito mais modesta, ou seja, apenas uma instituição — e não duas, como tinha sido proposto inicialmente (JAGUARIBE, 2005, p. 34).

A verba era pequena e cobria somente as principais necessidades para manter a sede, os honorários do diretor, os salários de um número reduzido de funcionários, as despesas correntes e um fundo para publicações, sendo que os professores trabalhavam sem ganhar (JAGUARIBE, 2005, p. 34).

A periodização do Iseb feita por Jaguaribe, bem como sua análise de cada uma das fases, é a seguinte:

1ª fase (de 1955 a março de 1959)¹⁰: apesar de o diretor do Iseb ser Roland Corbisier, essa fase desenvolveu-se predominantemente sob a orientação de Helio Jaguaribe, que o havia escolhido e indicado, porque à época eram coincidentes as ideias e posições dos dois intelectuais. A direção dos departamentos também ficou a cargo de intelectuais com posições coincidentes com as de Jaguaribe. O mentor intelectual do Iseb caracteriza essa fase como problematizante: “Tratava-se de identificar e equacionar os problemas brasileiros, levando-se em conta o desenvolvimento das ideias e dos processos sociopolíticos na Europa Ocidental” (JAGUARIBE, 2005, p. 34). As atividades do Iseb

10 Em seu texto, Jaguaribe define inicialmente essa fase até fins de 1958, mas, em momento posterior do texto, estende-a até a data efetiva de sua saída do instituto, em março de 1959.

nessa fase se davam por meio de cursos anuais, um ciclo anual de conferências sobre problemas brasileiros e a publicação de livros de autoria dos membros do instituto. Jaguaribe explica a incorporação de mais dois intelectuais, algum tempo depois, mas ainda nessa primeira fase: o historiador Nelson Werneck Sodré, “ilustre historiador militar, marxista de convicção e destacado representante da corrente nacionalista do Exército, então liderada pelo general Estilac Leal” — Sodré teria sido “incorporado ao Iseb como ponte de comunicação entre o nacionalismo do Iseb e o militar” (JAGUARIBE, 2005, p. 35) —, e um intelectual que não participara do Ibsp, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, professor da então Universidade do Brasil, que abrigava a Faculdade Nacional de Filosofia. A incorporação dos dois intelectuais parece revelar objetivos estratégicos do Iseb — ao menos sob o comando de Helio Jaguaribe —, trazendo para os quadros intelectuais do instituto pessoas que faziam ponte entre dois setores: o militar e o acadêmico. Ressalte-se que a grande maioria dos intelectuais pertencentes ao Iseb até então estavam fora da carreira universitária. Os objetivos postos pelo instituto não pressupunham esse tipo de participação, que, no entanto, não era negligenciada por seus articuladores¹¹. Jaguaribe afirma que, na verdade, essa primeira fase do Iseb correspondia exatamente ao lema da revista *Cadernos do Nosso Tempo*¹², publicada nos tempos do Ibsp: “O Brasil, na perspectiva de nosso tempo. Nosso tempo, na perspectiva do Brasil.” E afirma que o Iseb, já nesse início, obteve rapidamente grande repercussão nos meios intelectuais e políticos do Brasil e mesmo da América Latina. É interessante, nesse aspecto, ler suas próprias palavras no tocante às razões dessa repercussão:

Era a manifestação de um pensamento novo, que correlacionava criticamente a problemática brasileira com a universal. Era a expressão de um nacionalismo aberto, incorporativo de todas as grandes ideias do pensamento ocidental, sem nenhum *xenofobismo*, mas também sem nenhum *dependentismo colonial* (JAGUARIBE, 2005, p. 35, grifos nossos).

Esse aspecto de construir uma terceira posição¹³ — diante do quadro “capitalismo *versus* socialismo”, característico da Guerra Fria — estava presente desde os tempos do Ibsp e aparecia nos seguintes moldes, nas palavras de um estudioso do tema:

11 Conforme destaquei na introdução deste artigo.

12 Uma análise sobre os volumes da revista *Cadernos do Nosso Tempo* encontra-se em Schwartzman (1979) e também em HOLLANDA (2016).

13 No afã de se diferenciar, em sua juventude, de posições de uma esquerda stalinista, Jaguaribe revela uma surpreendente faceta de sua história intelectual, ao comentar a composição do setor carioca que vai participar do Grupo de Itatiaia: “Do lado carioca, muitos do grupo provinham do trotskismo. Fui trotskista em minha juventude, como forma de ser marxista não stalinista. Fui discípulo de Mário Pedrosa, nessa época, e participei da experiência do Partido Socialista a seu lado.” (JAGUARIBE, 2005, p. 33)

O Ibsp foi responsável por uma série de ingredientes que teriam uma presença duradoura no ambiente político brasileiro: o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das ideias de uma “terceira-posição” tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico; uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país (SCHWARTZMAN, 1979, p. 5-6).

Helio Jaguaribe avalia o que chama de dois efeitos *nocivos*, que culminaram nessa primeira fase do Iseb: a guinada de Álvaro Vieira Pinto ao marxismo e a mudança de posição de Guerreiro Ramos em relação ao desenvolvimento brasileiro, afastando-se das posições iniciais coincidentes com as de Jaguaribe. Desde a época dos *Cadernos do Nosso Tempo*, os intelectuais capitaneados por Helio Jaguaribe punham-se, como se observou acima, numa posição intermediária entre o marxismo e o pensamento liberal clássico. Daí o autor qualificar o marxismo de tendência *nociva* no Iseb.

A despeito das diferenças de condução do processo entre Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos (sociólogo de grande envergadura praticamente desconhecido pelas gerações contemporâneas), a grande verdade é que o próprio Guerreiro, anos mais tarde, vai se referir ao *último Iseb* — pejorativamente — como uma “escola de marxismo-leninismo” (RAMOS, 1963, p. 10). E Jaguaribe, referindo-se ao mesmo período, quando Álvaro Vieira Pinto estava à frente do instituto, diz: “Foi esse Iseb, é claro, que despertou a ira dos militares, quando do golpe de 64.” (JAGUARIBE, 2005, p. 38) Ou seja, esse não era o Iseb que havia sido proposto por ele, mas o que se distanciou de seus objetivos iniciais e que será explicitado por ele mesmo, nos itens a seguir.

2ª fase (março de 1959 a 1962): Jaguaribe chama essa etapa de intermediária. Roland Corbisier, que já dirigia o instituto, continuará no cargo, mas sob outra configuração. Até então o Conselho do Iseb tinha poderes para destituir, quando fosse o caso, o ocupante do cargo de diretor. Segundo Jaguaribe, Corbisier — temeroso de que o conselho pudesse destituí-lo por ter votado a favor de Guerreiro Ramos (voto vencido) na crise de fins de 1958¹⁴ — articulou-se pessoalmente com o presidente JK, com quem tinha proximidade, e nas

14 Sinteticamente, a crise do Iseb teve como protagonistas Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Este último levou (sem avisar o conselho) uma parte do livro de Jaguaribe, ainda no prelo, *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958) para uma assembleia da UNE, expondo as posições do autor como entreguistas. Isso gerou uma crise política e ética que terminou com a saída dos dois autores. Detalhes e desfecho da crise estão em Sodré (1978, p. 27-53).

férias de 1959 mudou “pelo alto” os estatutos do Iseb, tornando o cargo de diretor designável por ato do ministro da Educação, e, simultaneamente, transformou o conselho em órgão apenas consultivo. Nesses novos termos, Corbisier teria continuado a ocupar a direção desde então e não mais por ter a aprovação do mentor intelectual do instituto. Jaguaribe avalia que isso teria tornado o Iseb um instrumento de propaganda eleitoral de Roland Corbisier, que estava se candidatando a deputado pela Guanabara. Foi nesse momento, em março de 1959, quando o pessoal do Iseb voltou do recesso das férias, que se soube da articulação de Corbisier diretamente no âmbito federal¹⁵. Jaguaribe, ao saber disso, demitiu-se do instituto, abandonando seu projeto em função do desvirtuamento que teria ali ocorrido.

Jaguaribe avalia que, devido à seriedade acadêmica de Roland Corbisier, os cursos regulares continuaram acontecendo e esse aspecto não foi negligenciado ou prejudicado. Mas, mesmo fazendo de forma discreta sua campanha política, isto é, sem “corromper” (nos termos de Jaguaribe) a instituição, o cientista político carioca avalia que havia se implantado no Iseb uma linha segundo a qual o instituto deveria fornecer novos membros à classe política (por meio parlamentar), “e não apenas ser uma instância de discussão dos problemas brasileiros” para aplicação das ideias resultantes aos projetos políticos desenvolvimentistas (JAGUARIBE, 2005, p. 37). A estratégia parece ter dado certo, pelo menos para Corbisier, que se elegeu em 1962 e, paradoxalmente, foi obrigado a sair da direção do instituto, de acordo com os dispositivos legais vigentes.

3ª fase (1962-1964): Álvaro Vieira Pinto assumiu a direção do Iseb. Segundo Jaguaribe, nessa fase, o instituto tornou-se “o centro vocalizador das exigências mais radicais do governo Goulart” (JAGUARIBE, 2005, p. 38). O ex-mentor intelectual do Iseb não esconde que isso o decepcionou e, tal como já havia avaliado como efeito *nocivo* a guinada de Vieira Pinto ao marxismo, aqui também demonstra sua decepção com a nova diretriz impressa ao instituto. Ele afirma que Vieira Pinto defendia a seguinte visão: o país estaria vivendo um processo revolucionário viável e, conseqüentemente, seria necessário radicalizar certas posições. O Iseb seria o instrumento para tais fins. Posição, portanto, frontalmente contrária aos objetivos de Jaguaribe.

Ciente das diferentes fases do Iseb e das análises que as acompanham, passo agora a destacar, para os objetivos deste artigo, as diferentes propostas editoriais do Iseb. Para efeito de simplificação, trato a periodização do Iseb considerando apenas duas fases: 1ª fase (1955-1960) — que acompanhou a fase do governo JK —, e 2ª fase

¹⁵ Corbisier tem outra visão sobre esse período. Ele entendia que os membros do Iseb poderiam, se quisessem, exercer atividade política parlamentar ou de outro tipo. Sobre as relações com Juscelino Kubitschek, nunca foi segredo que Corbisier tinha livre acesso ao presidente.

(1961-64) — que acompanhou a transição de Jânio Quadros para João Goulart e as reformas de base. A esta segunda fase corresponde o que entendemos por *último Iseb*.

3. AS DIFERENTES PROPOSTAS EDITORIAIS DAS DUAS FASES DO ISEB

Considerando que o objetivo do Iseb era formar um movimento de ideias no país, a fim de promover o avanço do desenvolvimento brasileiro, podem-se identificar ali diferentes orientações teóricas nas fases pelas quais passou. A seguir, essas fases serão referidas, exclusivamente no aspecto do surgimento de publicações que materializaram as posições desse movimento de ideias, formatando editorialmente, de maneiras distintas, esses estudos produzidos no pré-1964 no Brasil.

1) Publicações da fase juscelinista

A proposta editorial dessa fase indica o seguinte: os *isebianos de primeira hora* apresentavam-se como intelectuais públicos que pensavam um projeto nacional-desenvolvimentista a ser encampado pela burguesia brasileira¹⁶. Mostravam-se consciente e declaradamente como a autêntica *intelligentsia* brasileira. O eixo editorial, portanto, tinha um caráter institucional muito forte e, embora fosse um projeto nacionalista que intencionava opor-se aos grupos militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), não chegava a propor nenhuma medida que se projetasse para o lado mais propriamente popular, no sentido de classe.

As publicações desse período têm uma linguagem que conscientemente procurava demonstrar erudição científica e consistência teórica, com o objetivo de realizar a divulgação das ideias nacional-desenvolvimentistas ou, nos termos postos pelos próprios autores, de realizar um *movimento de ideias* que mobilizasse a burguesia brasileira para assumir o controle político dos destinos do país e que superasse o cartorialismo do Estado brasileiro.

Com esses objetivos, o Iseb também promovia cursos, e seu público-alvo — e consequentemente o público-alvo de suas publicações — era distinto daquele que viria a ser o dos *Cadernos do povo brasileiro*. Os locais de divulgação desse *movimento de ideias* eram a sede do próprio Iseb no Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia e outros lugares frequentados por uma certa elite — intelectuais, médicos e altos burocratas de Estado. Para os cursos regulares era exigida dos participantes a diplomação em curso superior, frequência regular e a apresentação de uma monografia final. Havia alguns cursos não regulares. Destes podiam participar pessoas sem diploma de nível superior, mas ainda assim ficavam circunscritos a um público-alvo mais elitizado — ou menos popular, por assim dizer.

¹⁶ Mesmo que para Nelson Werneck Sodré a revolução democrático-burguesa fosse apenas uma etapa para a posterior articulação de uma revolução proletária, por outro lado, para Helio Jaguaribe essa revolução deveria ser democrático-burguesa, nacional e autônoma, sendo admissível um certo grau de “via prussiana” autocrática e o uso do capital estrangeiro para realizá-la (o autor fará referências explícitas à necessidade de um Estado neobismarckiano, na sequência).

As publicações dessa fase do Iseb não chegavam sequer a se constituir numa espécie de coleção. Eram livros esparsos em que cada autor desenvolvia seu pensamento com base em suas conferências — às vezes, aulas inaugurais — ou em cursos promovidos pelo instituto. Os autores estavam circunscritos aos quadros do Iseb distribuídos nos vários departamentos. A ausência de uma editora, nos moldes da Presses Universitaires de France (como queria Jaguaribe), comprometeu o objetivo dessa intervenção prática.

2) Publicações do último Iseb

Nessa fase há algo novo. Aqui, a tendência a imprimir um caráter anti-imperialista ao nacionalismo vai atingir cores nunca vistas — pelo menos no Iseb até então. Isso tudo estimulado pelo processo de defesa das reformas de base, encampadas pelo governo João Goulart. Na verdade, as chamadas reformas de base derivavam da defesa de algumas reformas de estrutura¹⁷ propostas por várias forças, mas hegemonicamente, naquele momento, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁸, quando da mudança de posições promovida pela histórica “Declaração de março de 1958”¹⁹. Isso resultou na ilação — levada a cabo principalmente pelas forças reacionárias — de que o Iseb estaria dominado completamente pelos “comunistas”. A mesma inferência foi feita contra João Goulart, principalmente nos momentos das maiores crises vividas em seu breve governo, interceptado pelo golpe.

Impulsionado pelos fortes movimentos populares e sindicais que o período Jango conheceu, o *último Iseb* de fato participou ativamente da luta pelas reformas de base. E os tipos de publicações propostas nesse momento foram o resultado da influência dessa luta. Dentre elas, as duas principais — os *Cadernos do povo brasileiro* e a *História Nova do Brasil*²⁰. Ficou patente, portanto, nesse caso, a relação entre *meio e mensagem*, isto é, enquanto na fase juscelinista os autores se apresentavam como a autêntica *intelligentsia* de uma elite nacional (notadamente de uma burguesia nacional), os autores dos *Cadernos* se punham “a serviço do povo” — explicitando, em diversos momentos, que esse *povo* era concretamente uma classe determinada: o proletariado. Como já tivemos oportunidade de destacar, o autor do primeiro caderno acabou sendo a própria liderança de um movimento camponês, Francisco Julião, que escreveu *Que são as Ligas Camponesas?* Apesar de sua formação acadêmica como advogado e, inclusive, sua atuação nessa área, Julião integrou-se às Ligas, como militante.

17 “A viabilização dessa linha política [‘Declaração de março de 1958’] em sua [do PCB] ação prática terá por eixo de intervenção a luta pelas ‘reformas de estrutura’, que vieram a ser conhecidas por ‘reformas de base’.” (CUNHA, 2007, p. 97)

18 Antes da cisão entre PCB e PCdoB, quando o primeiro passa a ser designado Partido Comunista Brasileiro.

19 A “Declaração de março de 1958” acentuou a estratégia da revolução por etapas: primeiro a revolução nacional e democrática (antifeudal e anti-imperialista) e depois a revolução socialista. Propôs uma mudança tática, consagrando o caminho pacífico para a revolução, ao contrário do “Manifesto de agosto”, de 1950.

20 Neste artigo, vamos privilegiar o tratamento da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, que publicou o número significativo de 28 volumes, em dois anos. A coleção *História Nova do Brasil*, criada meses antes do golpe de 1964, só chegou a publicar quatro volumes e foi encerrada. Seus autores foram presos e barbaramente torturados.



Reprodução: diariodepernambuco.com.br

Francisco Julião, autor de *Que são as Ligas Camponesas?*. Advogado de formação, com atuação na área jurídica, ele se integrou às Ligas, como militante

Continuando a comparação entre as duas fases do Iseb, destaco que, na fase juscelinista, publicavam-se livros escritos em linguagem mais formal-acadêmica e de conteúdo teórico eventualmente mais complexo. Ao contrário, a coleção em pauta foi um conjunto de cadernos escritos em linguagem propositadamente menos acadêmica, com a proposta de sua popularização. Se o objetivo das publicações e cursos da primeira fase era instrumentalizar a burguesia brasileira em um projeto nacional-desenvolvimentista, os *Cadernos* tinham uma proposta mais declaradamente mobilizadora das classes trabalhadoras, inclusive com um potencial revolucionário ausente na fase anterior — pelo menos do ponto de vista dessas classes. Enfim, se, na primeira fase, a crítica ao capital estrangeiro — embora assumisse tons candentes em alguns autores, especialmente Guerreiro Ramos — apontava, no geral, apenas para uma redefinição da noção de dependência (mudança para a qual Helio Jaguaribe foi determinante, sendo inclusive o primeiro autor a formular um conceito de dependência nos anos 1950), na fase dos *Cadernos* os autores eram portadores de uma perspectiva assumidamente anti-imperialista, e o nacionalismo ali defendido tinha esse conteúdo.

Daqueles *isebianos de primeira hora*, é importante ressaltar, haviam restado poucos. Dentre eles, os mais importantes eram Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto. A despeito das diferenças entre os dois — tanto de ordem intelectual quanto política —, tinham estatuto teórico e intelectual para, caso quisessem, abandonar também o Iseb nessa fase de difícil sustentação do instituto. Isso com certeza teria sido pessoalmente mais cômodo para eles, e a história do instituto provavelmente acabaria ali. Mas os dois autores não debandaram, ao contrário, trabalharam no sentido de fortalecer o Iseb e usaram de muita criatividade — além de empreenderem sacrifícios de

ordem pessoal e acadêmica — para que a campanha de difamação intensamente desenvolvida contra o instituto não tivesse o desfecho que os conservadores pretendiam. Álvaro Vieira Pinto torna-se o diretor do Iseb (sem nenhuma verba estatal disponível para continuar o projeto) e os dois tornam-se os mentores da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, que, como se observará mais adiante, em dois anos alcançaria a marca de 1 milhão de exemplares vendidos.

4. O ÚLTIMO ISEB E A CAMPANHA DE DIFAMAÇÃO DAS FORÇAS DE DIREITA

Enquanto o Iseb continuava, a duras penas, tentando se sustentar do ponto de vista institucional, financeiro e político, uma outra organização de cunho militar se fortalecia. Tratava-se da Escola Superior de Guerra (ESG)²¹. Sua atuação não era tão explícita, pois as forças de direita tinham outros braços institucionais mais aparentes. Estamos falando do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), cujo braço político era o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)²². A campanha anticomunista que esses dois organismos disseminavam assustava principalmente as classes médias conservadoras e reacionárias. Portanto, a eficácia da direita — nesse aspecto — vinha sendo construída havia um bom tempo.

Enquanto no Iseb da fase nacional-desenvolvimentista as proposições mascaravam as determinações de classe — e estavam conjugadas ao objetivo de superar o subdesenvolvimento, completando o capitalismo —, nos *Cadernos do Povo Brasileiro*, produzidos no *último Iseb*, aparecia justamente o contrário, ou seja, eram realizados esforços para fazer florescer as determinações de classe e propor um projeto de revolução brasileira. Esse discurso classista era insuportável para as forças que tentavam dar o golpe fatal na democracia desde os tempos do suicídio de Vargas (1954), pela tentativa de impedimento da posse de Juscelino (1955) ou, mais tarde, pelo golpe branco do parlamentarismo (1961).

Acabou ficando famosa uma frase de Tancredo Neves quando de seu depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Questionado sobre a relação entre o Iseb e a ESG, o político mineiro respondeu de forma perspicaz: “Na verdade, o Iseb foi criado para não ter a Escola Superior de Guerra, não é?” (NEVES, 1984, p. 86).

O nacionalismo militar de esquerda estava sendo sufocado pelas novas inflexões da ESG. Esse nacionalismo tinha sofrido um duro golpe com a derrota nas eleições de 1962 para o Clube Militar. Além disso, o embate entre as duas posições tinha se estabelecido muito antes, na segunda metade dos anos 1940, mais precisamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Mas, nos limites deste artigo, resta nesse ponto apenas assinalar como Nelson Werneck Sodré analisa o confronto entre as duas alas militares²³, durante o qual aquele setor antinacionalista é também cha-

21 Para um maior aprofundamento sobre a ESG podem ser consultados: Stepan (1975) e Oliveira (1976).

22 Detalhes do funcionamento desses institutos em Dreifuss (1981).

23 Um quadro mais completo dessa análise está em Sodré (1965).

mado de golpista. A situação era a seguinte: cada vez mais, principalmente após a recuperação do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, ia ficando clara a ofensiva reacionária que esses setores desenvolviam contra o Iseb — tomando como base o argumento de que o governo de João Goulart seria supostamente comunista²⁴.

Após a vitória das forças organizadas em torno da ESG, com a instalação da ditadura militar, notadamente no chamado “golpe dentro do golpe” a partir do AI-5, em 1968, essa estratégia passou a predominar com a perversidade característica. Tratava-se “de encontrar aquelas minorias” que seriam “os focos da ‘agitação’”, na explicação de Sodré sobre aquele raciocínio: “Ora, quando as ideias discrepantes eram levadas às massas”, o crime “dessas minorias tornava-se nefando e era necessário extirpá-lo cirurgicamente”. Resultado: “Isoladas as pessoas portadoras do vírus e submetidas ao tratamento adequado — tortura, prisão, demissão, exílio, banimento etc. —, a pátria estava salva, a sociedade, redimida” (SODRÉ, 1978, p. 68).

O IPM do Iseb, produzido após essa vitória das forças reacionárias, teve duas fases, descritas de forma impressionante por Sodré:

na primeira, tratou especificamente daquela instituição de cultura; na segunda, tornou-se vastíssima “sopa de pedra” em que foram mergulhados três ex-presidentes da República, meia dúzia de ex-ministros da Educação, sem falar em parlamentares, militares, professores, escritores, cineastas, teatrólogos, estudantes, dirigentes sindicais, editores, advogados, toda a sorte de pessoas, no fim das contas — todos aqueles que tinham compromisso com a democracia e procuravam servi-la, com erros e acertos —, antes que a “redentora” nos trouxesse aquilo que desconhecíamos desde os tempos coloniais: a tortura, o degredo, a pena de morte, a execração, o confisco, a infâmia como arma política (SODRÉ, 1978, p. 66-67).

Identificados com o Iseb, nesse espectro de perseguição e repressão, os *CADERNOS DO POVO BRASILEIRO* não poderiam ter outro destino: foram encerrados sumariamente pelo golpe militar de 1964.

5. OS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

O contexto nacional e internacional marcava fortemente os destinos do mundo, em meio à chamada Guerra Fria, e o Brasil ocupava importante papel estratégico nesse quadro. Era também um momento em que a questão terceiro-mundista emergia com grande força, o que significava, *grosso modo*, que os países periféricos não pertencentes nem ao chamado *Primeiro Mundo*, capitalista, nem ao *Segundo Mundo*,

24 “Era fácil perceber, desde os primeiros interrogatórios, o esquema em que estava metido o encarregado do IPM do Iseb, como peru de roda: o Iseb teria sido uma das organizações determinadas por Moscou, diretamente — nem mais, nem menos — para a luta ideológica e o controle da orientação governamental do Brasil.” (SODRÉ, 1978, p. 67)

comunista, poderiam agrupar-se sob a denominação de *Terceiro Mundo*²⁵, isto é, entre aqueles países que iriam procurar uma via própria de desenvolvimento.

As posições mais conservadoras ficavam muito assustadas com o fascínio que o socialismo despertava em povos de economia subdesenvolvida, em função da rapidez com que as forças produtivas progrediam nesses países. A Revolução Cubana acabara de acontecer, em 1959. A questão parecia ser, perigosamente, mais que ideológica. Significava, concretamente, que uma eventual opção pelo bloco liderado pela URSS poderia acelerar o desenvolvimento do país num ritmo mais desejável do que o oferecido pela pura e simples sujeição ao imperialismo estadunidense. Por isso muitos discursos apelavam para a defesa das tradições e das benesses da civilização ocidental contra a oriental, a fim de combater o mundo socialista. O anticomunismo, que inspirou muitas das posições reacionárias antes e depois do golpe de 1964, só é compreensível pelo entendimento e localização histórica da dicotomia comunismo *versus* capitalismo, nos moldes definidos pela “Guerra Fria”.

Em suma, a gênese e a função social dos *Cadernos do Povo Brasileiro* estão atreladas a esse momento da história mundial e suas influências. O destino que o mundo tomasse a partir desse quadro definiria o futuro do país e, no limite, de quase todos os vizinhos²⁶.



Reprodução

Volumes da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, série publicada pelo Iseb a partir de 1962

25 Os principais expoentes e articuladores dessas posições foram Nasser, no Egito, e Tito, na Iugoslávia. João Goulart chegou a manifestar simpatia pela adesão ao terceiro-mundismo.

26 Como posteriormente se observou, na sequência do golpe militar no Brasil, com a deflagração de golpes de Estado em outros países latino-americanos, tornando a região — à exceção de Cuba — um polo da estratégia geopolítica estadunidense.

5.1. A coleção: origens, visão geral e proposta editorial

Os *Cadernos* formavam um conjunto de 24 números temáticos consecutivos e um volume extra. Esses números temáticos eram de caráter histórico-político e econômico-social, conforme já ressaltamos na introdução. Completavam a coleção três volumes extras — de um total de 15 inicialmente previstos —, de caráter cultural, reunidos sob o título de *Violão de rua: poemas para a liberdade*. A coleção completa — totalizando 28 números — foi publicada no período de 1962 a 1964, quando sua produção foi interrompida pelo golpe militar. É importante registrar que os volumes extras de caráter cultural foram publicados, a partir de 1962, concomitantemente aos números temáticos. Portanto, podemos dizer que a partir de um dado momento coexistiram duas maneiras de editar a mesma coleção e, lamentavelmente, a ditadura militar acabou, de um só golpe — com ou sem trocadilho —, com ambas.

Os *Cadernos* têm diferentes autores, mas com temáticas coordenadas entre si, como se percebe pelo quadro abaixo:

Volume	Autor, ano de lançamento e título
1	JULIÃO, Francisco (1962). <i>Que são as Ligas Camponesas?</i>
2	SODRÉ, Nelson Werneck (1962). <i>Quem é o povo no Brasil?</i>
3	PEREIRA, Osny Duarte (1962). <i>Quem faz as leis no Brasil?</i>
4	PINTO, Álvaro Vieira (1962). <i>Por que os ricos não fazem greve?</i>
5	GUILHERME, Wanderley (1962). <i>Quem dará o golpe no Brasil?</i>
6	THEOTÔNIO JÚNIOR (1962). <i>Quais são os inimigos do povo?</i>
7	COSTA, Bolívar (1962). <i>Quem pode fazer a revolução no Brasil?</i>
8	HOLANDA, Nestor de (1963). <i>Como seria o Brasil socialista?</i>
9	OLIVEIRA, Franklin de (1963). <i>Que é a revolução brasileira?</i>
10	SCHILLING, Paulo R. (1963). <i>O que é reforma agrária?</i>
11	MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá (1963). <i>Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?</i>
12	MONTEIRO, Sylvio (1963). <i>Como atua o imperialismo ianque?</i>
13	MIGLIOLI, Jorge (1963). <i>Como são feitas as greves no Brasil?</i>
14	HOFFMANN, Helga (1963). <i>Como planejar nosso desenvolvimento?</i>
15	GUERRA, Aloísio (1963). <i>A Igreja está com o povo?</i>
16	MARQUES, Aguinaldo Nepomuceno (1963). <i>De que morre o nosso povo?</i>
17	BAILBY, Eduard (1963). <i>Que é o imperialismo?</i>

18	DUARTE, Sérgio Guerra (1963). <i>Por que existem analfabetos no Brasil?</i>
19	PINHEIRO, João (1963). <i>Salário é causa de inflação?</i>
20	RAMOS, Plínio de Abreu (1963). <i>Como agem os grupos de pressão?</i>
21	CHACON, Vamireh (1963). <i>Qual a política externa conveniente ao Brasil?</i>
22	SANTA ROSA, Virgínio ⁽¹⁾ (1963). <i>Que foi o tenentismo?</i>
23	PEREIRA, Osny Duarte (1964). <i>Que é a Constituição?</i>
24	SOBRINHO, Barbosa Lima (1963). <i>Desde quando somos nacionalistas?</i>
Extra	OLIVEIRA, Franklin ⁽²⁾ (1962). <i>Revolução e contrarrevolução no Brasil.</i>
Extra	Vários autores ⁽³⁾ (1962). <i>Violão de rua: poemas para a liberdade (vol. I).</i>
Extra	Vários autores (1962). <i>Violão de rua: poemas para a liberdade (vol. II).</i>
Extra	Vários autores (1963). <i>Violão de rua: poemas para a liberdade (vol. III).</i>

(1) Trata-se da 2ª edição do livro *O sentido do tenentismo*, publicado originalmente em 1933. Há prefácio de Nelson Werneck Sodré, explicando a relevância da reedição naquele momento e naquele formato.

(2) Este volume extra, de autoria de Franklin de Oliveira, foi escrito originalmente em 1961, conforme apresentação do autor. Foi publicado em 1962, ainda com capa distinta do modelo que vai caracterizar a coleção. Em ordem cronológica, o caderno nº 9, *Que é a revolução brasileira?*, do mesmo autor, foi publicado no ano seguinte (1963), fazendo referências bibliográficas àquele volume extra. Quando esse volume avulso teve sua 3ª edição, em 1962, apareceu, finalmente, com formato e capa da coleção. Os organizadores justificam sua edição no formato da coleção, chamando-o de *pré-Caderno do povo brasileiro*.

(3) Em paralelo com os volumes numerados, são publicados os volumes de *Violão de rua*, com poemas de Geir Campos, Moacyr Felix, Ferreira Gullar, Affonso Romano de Sant'Anna, Vinicius de Moraes, Solano Trindade, Clóvis Moura e José Carlos Capinam, entre outros.

Pelos títulos da coleção — diretos, explosivos e na forma de questionamento — percebe-se que incidiam diretamente nas questões centrais e candentes do debate político daquele momento. Por meio da conjugação desses temas, títulos e autores, a expectativa dos diretores responsáveis pela coleção — Ênio Silveira (editor da histórica *Civilização Brasileira*) e Álvaro Vieira Pinto — era de que os *Cadernos* fossem instrumento para a elevação da consciência popular, fornecendo subsídios para a intervenção prática e teórica no cenário político nacional. Embora não exista, como praxe, uma apresentação dos organizadores em cada volume da coleção, essa perspectiva foi captada nos dados biográficos sobre Ênio Silveira, bem como nas propostas de Vieira Pinto enquanto presidia o *último Iseb*.

As pistas deixadas na própria publicação estão nas chamadas de contracapa. Nos dois primeiros volumes, registram o seguinte:

Os grandes problemas de nosso país são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo: seu objetivo principal é o de informar. *Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.* LEIA-OS, COMENTE-OS, DIVULGUE-OS.

Tudo indica que nenhum caderno superou a impressionante tiragem do volume escrito por Álvaro Vieira Pinto, com seu sugestivo título *Por que os ricos não fazem greve?* Essa publicação teve consecutivas edições e chegou a 100 mil exemplares vendidos

A partir do terceiro número, a contracapa trará uma mensagem mais ampla, que irá se repetir até o final da coleção:

Centenas de milhares destes cadernos circulam hoje nos quatro cantos do país. São lidos, comentados, debatidos por todos aqueles que, insatisfeitos com a triste realidade da vida nacional, querem informar-se sobre nossos graves problemas.

Por todos os brasileiros que desejam participar conscientemente do movimento cada vez mais pujante e positivo que objetiva promover transformações radicais na anacrônica e injusta estrutura socioeconômica em que nos encontramos.

Por todos aqueles, em suma, que acima de suas posições ideológicas ou partidárias, lutam pela emancipação do Brasil contra o imperialismo internacional e seus agentes internos.

Agindo com amplitude e profundidade, os *Cadernos do Povo Brasileiro* são a chama que ilumina, a arma de que o povo dispõe para a conquista de melhores dias.

Fica evidente, assim, o caráter popular da publicação. A tiragem e a linguagem confirmam essa hipótese de popularização dos *Cadernos*: eles apresentavam um formato de bolso, eram escritos em linguagem acessível. Cada tiragem inicial era de, pelo menos, 20 mil exemplares:

Com tiragens de 20 mil exemplares, muito significativas em 1963, esses pequenos volumes eram lidos e discutidos em centros acadêmicos, debatidos no e com o CPC, e exerceram significativo papel conscientizador (SILVEIRA, 1994, p. 12).

Alguns volumes eram reeditados e cada tiragem tinha novamente 20 mil exemplares ou mais. Pensando-se nos leitores que tiveram acesso aos volumes, esse número de pessoas atingidas pela publicação aumentava potencialmente, pois os li-

Toda essa herança foi pautada por um conjunto de esforços que, embora de forma “desigual e combinada”, relegada muitas vezes a segundo plano, submetida ao silêncio ou à desqualificação, sobreviveu e serve de importante referência para as lutas contra as forças de direita que avançam cada vez mais sobre o nosso país no momento presente

vros passavam de *mão em mão*, multiplicando os leitores. E, até aqui, estamos falando somente dos 24 números consecutivos e do volume extra, sem contar ainda os três volumes de poemas. No entanto, tudo indica que nenhum caderno superou a impressionante tiragem do volume escrito por Álvaro Vieira Pinto, com seu sugestivo título *Por que os ricos não fazem greve?* Essa publicação teve consecutivas edições e chegou a 100 mil exemplares vendidos! No total, estima-se que foram publicados e vendidos em torno de 1 milhão de exemplares! Se ainda hoje esse patamar de tiragem é altíssimo, imagine naquele momento pré-1964²⁷.

Quanto ao caso dos três volumes extras, *Violão de rua: poemas para a liberdade*, seu contexto de formação é particularmente interessante. Eles foram organizados pelo Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE, na linha editorial proposta pelos diretores Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto. No primeiro volume, o CPC anuncia claramente o objetivo da publicação, em sua introdução:

sem qualquer pretensão de realizar uma completa antologia, [a série] visa divulgar poetas que usam seus instrumentos de trabalho para participar, de modo mais direto, nas lutas em que ora se empenha o povo brasileiro, revolucionariamente voltado para as exigências de um mundo melhor e mais humano.

A diferença em relação aos volumes *Violão de rua* é que o próprio CPC organizava o conteúdo de suas edições — com a chancela da Civilização Brasileira — através da UNE Volante, pela qual várias manifestações de arte eram levadas aos debates sobre a reforma universitária no Brasil inteiro, através de apresentações teatrais, musicais etc., como forma de complementar — com programas culturais — a eventual aridez das necessárias discussões sobre as reformas de base. A UNE Volante tornou-se, com isso, uma das mais sensacionais formas de divulgação em massa dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e promoveu uma integração estudantil sem precedentes.

27 Os detalhes dessa estimativa e seus cálculos estão publicados em minha tese de doutorado, já citada.

Em prefácio ao livro de depoimentos de ex-integrantes do CPC organizado por Jalusa Barcellos no início da década de 1990, *CPC: uma história de paixão e consciência* (1994), Ênio Silveira explica o surgimento dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e como sua divulgação se ligou ao CPC. O Centro Popular de Cultura “foi ganhando foro cada vez mais amplo e autônomo, sem perder, contudo, aquele caráter de ‘agit-prop’” (SILVEIRA, 1994, p. 11). A Civilização Brasileira publicava a coleção numerada antes do surgimento dos volumes de *Violão de rua*, mas ambas as séries passaram a ser concomitantes. O CPC já tinha participação na divulgação dos volumes anteriores. Silveira narra sua satisfação com o projeto:

faço questão de declarar aqui, com justificado orgulho, que também contribuí com minha chegada pessoal para o progresso e o fortalecimento do CPC da UNE. Presidente e principal acionista da editora Civilização Brasileira (onde tinha a valiosa cooperação de muitos intelectuais citados antes, como Moacyr Felix, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Alex Viany, Dias Gomes) e publicando livros que mantinham grande sintonia com os propósitos do CPC — notadamente, a coleção de livros populares, em formato de bolso, que foi a série dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, confiei ao Centro Popular de Cultura boa parte de sua difusão em todo o país, assegurando ao CPC a comissão de distribuidor (50% do preço de venda ao público) (SILVEIRA, 1994, p. 11).

Esse tipo de acordo dava ao CPC uma participação importante na venda dos *Cadernos do Povo Brasileiro* e isso significava muito na estratégia de autossustentação das atividades que eram levadas para todo o público estudantil. O formato de bolso foi proposto para popularizar — e, de certa maneira, facilitar — não só o acesso aos livros, mas também a leitura propriamente dita.

É interessante a maneira como o editor caracteriza o espírito que permeava os anos 1960, situando a importância cultural do CPC e a propagação dos *Cadernos*: “É evidente que o fenômeno não surgiu por um passe de mágica, nem foi manifestação isolada de um projeto de renovação cultural” (SILVEIRA, 1994, p. 10). Esse tipo de preocupação com a tomada de consciência dos problemas nacionais era uma constante à época. Tratava-se de “pôr em marcha esforços consequentes para a urgente revisão crítica de velhos conceitos” (SILVEIRA, 1994, p. 10). E esse foi se tornando um movimento multiplicador. A principal referência apontada pelo editor é o “importantíssimo papel” que o Iseb desempenhou nessa fase, citando os autores com os quais planejou os *Cadernos*:

Com Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e vários outros brilhantes intelectuais a comandá-lo, ele [o Iseb] teve uma importância seminal para dar ao país uma visão mais objetiva e autoconfiante, para apontar vícios de estrutura que deveriam ser eliminados para que ele pudesse encontrar o melhor caminho para a materialização de suas mais legítimas aspirações nacionais (SILVEIRA, 1994, p. 10).

O período do Iseb ao qual Silveira se refere é o das reformas de base. Essa fase era de plena campanha das forças de direita contra o Iseb, e, como parte dessa estratégia, desde 1961 as verbas para o instituto tinham sido cortadas, deixando todo o projeto vulnerável²⁸. Foi aí que a generosa presença da Civilização Brasileira, através de seu editor, possibilitou a condição de alguns projetos não serem desestimulados por completo. E, fundamentalmente, a dedicação de Vieira Pinto e Werneck Sodré nessa fase levaram à criatividade da proposta das duas coleções já citadas: os *Cadernos do Povo Brasileiro*, sob a coordenação do primeiro e de Ênio Silveira, e a coleção *História Nova do Brasil*, sob a coordenação de Sodré. Ambos convidariam os alunos recém-egressos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), no Rio de Janeiro, para escrever textos para as duas coleções. O trabalho não seria remunerado, mas os iniciantes teriam seus textos publicados sob a chancela do Iseb e, no caso dos *Cadernos*, também sob a chancela da Civilização Brasileira. Não era pouco.

6. CONCLUSÃO: O FIM DO ISEB E DE SUAS PUBLICAÇÕES E A IMPORTÂNCIA DA RECUPERAÇÃO DE SEU LEGADO INTELECTUAL E POLÍTICO, ESPECIALMENTE O DO ÚLTIMO ISEB

A experiência isebiana de seus intelectuais públicos, em geral, e dos autores e diretores dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, em especial, bem como dos poucos volumes da coleção *História Nova do Brasil* (que vieram à luz já quase às vésperas do golpe), puderam selar uma grande contribuição às lutas dos trabalhadores no século XX. Seu legado continua atual e merece ser conhecido e, mais que isso, reconhecido.

Toda essa herança foi pautada por um conjunto de esforços que, embora de forma “desigual e combinada”, relegada muitas vezes a segundo plano, submetida ao silêncio ou à desqualificação, sobreviveu e serve de importante referência para as lutas contra as forças de direita que avançam cada vez mais sobre o nosso país no momento presente. O Iseb que caminhou do nacional-desenvolvimentismo para a revolução brasileira é referência para as lutas contemporâneas.

No caso do *último Iseb* e da experiência inédita dos *Cadernos*, a publicação influenciou sobre setores de toda a sociedade da época, não só por uma tiragem numerosa, mas pelo esforço de entidades que se responsabilizaram por sua divulgação em âmbito nacional, e pelo envolvimento de militantes e de intelectuais com vistas à efetivação de um projeto nacionalista revolucionário. Inclusive, indico fortemente, a quem

28 Sodré (1978), ao se referir a essa campanha de difamação promovida contra o Iseb, fala do corte de verba: “A campanha usaria, finalmente, de processo inédito: em 1961, o Iseb ficaria privado de sua verba orçamentária, era excluído do orçamento. Ocorreria na Câmara, tão simplesmente, a subtração, nas folhas do Ministério da Educação, do item referente ao Iseb; a rubrica *Iseb* desaparecera. Quando, ao iniciar os seus trabalhos, em 1961, o Iseb planejou suas atividades, a administração se deparou com a extraordinária singularidade: não dispunha de verba para coisa alguma. Corre daqui, corre dali, verificou-se a anomalia. E já não havia como saná-la: Kubitschek passara o governo a Jânio Quadros, mudara o ministro da Educação, nada se podia fazer. O curso regular teve de ser suspenso. Com redobrado esforço e sacrifício dos professores, foram impulsionados os cursos extraordinários, os seminários, as conferências, no Iseb ou fora dele. Nunca trabalhamos tanto.” (SODRÉ, 1978, p. 64)

Nelson Werneck Sodré explica que a campanha contra o Iseb foi uma das mais poderosas já orquestradas no Brasil e que, com esse intuito, a direita fazia uso muito eficaz dos meios de comunicação. Explica também que uma dada intelectualidade paulista nada fez contra essa campanha e, sob certos aspectos, aprofundou-a

puder ter a experiência de ler todos os seus volumes — que estão à disposição em sua totalidade²⁹—, que o faça, pois poderá ter o privilégio de sentir o que foi a efervescência daquele momento histórico, bem como reter o aprendizado atual de suas páginas, num “Brasil contado pelos cadernistas”. Lendo-se agora, em pleno século XXI, a descrição histórica trazida por eles, é possível ter um quadro do Brasil desde o processo de colonização até as vésperas do golpe. Aliás, a coleção ajudou também a configurar uma imagem do restante da América Latina e do mundo bipolar da “Guerra Fria”. Paralelamente, além da sua função social naquele momento da história brasileira, os *Cadernos* funcionaram como um elemento de agitação e propaganda na luta de classes do Brasil. Prova disso foi a discussão que suscitaram após sua inserção nos sindicatos, nas fábricas, nas Ligas Camponesas, na UNE, no CPC, no CGT, nos partidos, nas próprias universidades etc.

A coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* mostrou, portanto, como o Brasil tinha sido e como o Brasil poderia ser. Essa é a diferença.

Nelson Werneck Sodré, em texto escrito na década de 1980³⁰, estava atento às análises produzidas sobre o Iseb no pós-1964. E deu excelentes indicativos de como o

29 Pela editoria do *blog marxismo21* (cujo portal foi inaugurado em 2012), da qual participo, organizamos e publicamos em 2018 o acesso a cada um dos 28 volumes da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, que consta da seção “Memória de esquerda”. Link: <https://drive.google.com/drive/folders/1Cc0xe9rq1mBoMGpm7RO54D1OTdeUAhsv>.

30 Sob o título “O problema do Iseb”, faz parte do livro, publicado em 1985 e reeditado em 1987, *História e materialismo histórico no Brasil*.

problema do Iseb foi tratado, principalmente em São Paulo, mais especificamente na USP. Ele explica que a campanha contra o Iseb foi uma das mais poderosas já orquestradas no Brasil e que, com esse intuito, a direita fazia uso muito eficaz dos meios de comunicação. Explica também que uma dada intelectualidade paulista nada fez contra essa campanha e, sob certos aspectos, aprofundou-a. Sodré afirma que “em nosso país e no exterior, a sigla Iseb despertava paixões, por vezes infrenes, e provocava e mantinha curiosidade”. E que:

Se, do ponto de vista da luta ideológica, suscitou controvérsias violentas, teve o condão, paralelamente, de despertar calorosa inveja nos meios universitários, principalmente em São Paulo: os donos de algumas cátedras, habituados ao monólogo e embalados no empirismo, sentiam-se diminuídos pelo gigantesco prestígio de que desfrutava o Iseb em certa época. Eles viviam na redoma universitária; o Iseb ampliava a ressonância do que fazia pelo país inteiro e chegava ao exterior (SODRÉ, 1987, p. 77).

Mas a questão não se resumia a esse aspecto, evidentemente. Sob a sua aparência, revelava-se uma essência de ordem teórica e metodológica. Segundo Sodré, haveria pelo menos duas ordens de problemas. A primeira dizia respeito à natureza da formação oferecida pela USP, caracterizada por insuficiências notórias “no campo das ciências da sociedade” (SODRÉ, 1987, p. 79). A segunda era o cultivo do modelo da ciência do particular — que ele afirma ser um problema não só da USP, mas, de maneira geral, de toda universidade brasileira —, isto é, de um modelo tomado emprestado das universidades estadunidenses, que refletia o empirismo dominante nas ciências humanas, “como acontece com os chamados *brazilianists*”:

Trata-se de uma numerosa coleção de fatos, sem chegar à relação que os une. É o domínio do particular. E não há ciência do particular, só há ciência do geral, já dizia o mestre. Via de regra — e só se discute à base da regra e não da exceção —, as teses, lá como cá, resumem-se em arrolamentos mais ou menos extensos de dados, de material bruto. São trabalhos de Sísifo, porque não abandonam o nível do particular, e o particular é infinito. Resultam do esforço — às vezes apenas físico — da acumulação informativa. Seus autores sabem tudo e não sabem nada: sabem tudo a respeito de determinado fenômeno ou processo e não sabem nada desse fenômeno ou processo. Os trabalhos resultantes são necessários, como fonte, aos estudiosos: constituem a pesquisa preliminar, a montagem de andaimes informativos, que cada um deve realizar, antes da análise de temas propostos (SODRÉ, 1987, p. 78-79).

Considerando esses dois pressupostos equivocados, Sodré diz que “a incompreensão e a animadversão ao Iseb” foram “notas dominantes no círculo docente universitário paulista” (SODRÉ, 1987, p. 77). Sodré direciona sua crítica, pelo menos nesse texto, aos autores Carlos Guilherme Mota, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Fran-

Sodré expõe cruelmente como a autofagia entre as forças de esquerda, ou pretensamente de esquerda, só leva a um vitorioso: a classe dominante



Arquivo

Sede do Iseb, na rua das Palmeiras, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, em 1955. Hoje o local abriga o Museu do Índio

cisco Weffort. Em relação a Caio Navarro de Toledo, embora o considere um intérprete honesto (atributo que não reserva a Mota), Sodré faz ressalvas às insuficiências de sua formação uspiana e ao fato de que seu trabalho sobre o Iseb tinha sido defendido na Unesp de Assis. Discorda de alguns pontos da análise de Toledo por considerar equivocada a tese de que o Iseb teria sido uma fábrica de ideologias, e faz ressalvas a outros aspectos de sua análise por considerar o Iseb uma fábrica de ideologias. É implacável contra a banca que aprovou sua pesquisa, notadamente Maria Sylvia de Carvalho Franco e Francisco Weffort, pois seriam pessoas que “se supõem conhecedoras do Iseb e não fazem mais do que lhe falsear a imagem” (SODRÉ, 1987, p. 80).

Sem deixar de reconhecer que o Iseb cometeu erros, Sodré esclarece que, no que diz respeito à perseguição sofrida pelo instituto em função de suas posturas progressistas, principalmente às vésperas do golpe, quando a campanha foi brutal, “a chamada intelectualidade paulista e os quadros universitários docentes assistiram a tudo do ponto de vista de Sirius”, como se nada tivessem a ver com isso, e marcando

posição típica da “cumplicidade dos omissos” (SODRÉ, 1987, p. 80). Ele mostra o resultado a que isso levou no pós-1964: apenas num primeiro momento “a tempestade arrasou o Iseb”. Depois “arrasou também a USP, e a enxurrada carregou os omissos — não todos, evidentemente, pois salvaram-se, isto é, permaneceram em suas cadeiras, alguns rapazes de bom comportamento” (SODRÉ, 1987, p. 80). Sodré expõe cruelmente como a autofagia entre as forças de esquerda, ou pretensamente de esquerda, só leva a um vitorioso: a classe dominante.

Enfim, por todo o exposto até aqui, e sendo momento de terminar este já longo artigo, entendo e defendo que a postura da historiografia hegemônica de simplesmente estigmatizar o pré-1964, bem como o conjunto de forças políticas atuantes naquele momento (o Iseb, seus expoentes e, por consequência, os *Cadernos do Povo Brasileiro* e demais publicações), leva ao que Sodré aponta: um único vitorioso no embate da luta de classes — as forças dominantes — e, nesse caso, notadamente no aspecto da luta ideológica. Portanto, de fato a crítica teórica e política àqueles que eventualmente ainda consideram o Iseb, como um todo, e os *Cadernos do Povo Brasileiro*, em particular, apenas como instrumentos de *agitação e propaganda* com estilo pedagógico autoritário, de caráter histórico-panfletário e resultado político-manipulatório (como afirmado em CHAUÍ, 1982). O resgate da importância do Iseb e de seus autores passa pelo embate crítico decisivo com uma historiografia hegemônica e acomodada na explicação do suposto colapso do populismo de 1964. Passa também pela construção de uma historiografia comprometida com uma perspectiva de classe, na luta do trabalho contra o capital.

* Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), *campus* Marília. Autora de *A utopia nacionalista de Helio Jaguaribe: os tempos do Iseb* (2010). Líder do Grupo de Pesquisa “Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano” (Pepo), pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj).

E-mail: angel.lovatto@gmail.com

► Texto recebido em 26 de julho de 2021; aprovado em 27 de julho de 2021.

- ABREU, Alzira Alves. A ação política dos intelectuais do Iseb. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. **Nationalisme et action politique au Brésil**: une étude sur l'Iseb. 1975. Tese (Doutorado) — Université René Descartes, Paris V, Paris, 1975.
- BARIANI, Edison. Iseb: fábrica de controvérsias. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 45, fev. 2005a. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/045>. Acesso em: 25 maio 2021.
- _____. Uma intelligentsia nacional: Grupo de Itatiaia, Ibesp e os “Cadernos do nosso tempo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 44, p.249-256, mar.-ago. 2005b.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BUONICORE, Augusto. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica. Parte 1. **Grabois**, São Paulo, 6 jan. 2015a. Disponível em: <www.grabois.org.br/portal/autores/148728-39935/2015-01-06/centro-popular-de-cultura-da-une-critica-a-uma-critica-1-parte>. Acesso em: 21 maio 2021.
- _____. Centro Popular de Cultura da UNE: crítica a uma crítica. Parte 2. **Grabois**, São Paulo, 13 jan. 2015b. Disponível em: <www.grabois.org.br/portal/autores/148727-39935/2015-01-13/centro-popular-de-cultura-da-une-critica-a-uma-critica-2-parte>. Acesso em: 21 maio 2021.
- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre alguns “Cadernos do Povo Brasileiro” e o Manifesto do CPC. In: _____. **O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CUNHA, Paulo. Prefácio. In: _____. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CZAJKA, Rodrigo. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão (1958-1968)**. 2009. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. 3.ed. Lisboa: Estampa, 1975.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Cedec; Paz e Terra, 1978.
- _____. Apresentação. In: TOLEDO, Caio Navarro. **Iseb: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1982.
- JAGUARIBE, Helio. O Iseb e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Cadernos para todos os tempos. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, out.-dez. 2016.
- LOVATTO, Angélica. **A utopia nacionalista de Helio Jaguaribe: os tempos do Iseb**. São Paulo: Xamã, 2010a.
- _____. **Os “Cadernos do Povo Brasileiro” e o debate nacionalista no Brasil: um projeto de revolução brasileira**. 2010. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010b.
- MIGLIOLI, Jorge. O Iseb e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- NEVES, Tancredo. **Tancredo Neves: depoimento**. [Entrevista concedida ao] CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1984.

- OLIVEIRA, Eliezer R. de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. **Dualidade e revolução no pensamento isebiano: as visões de Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré**. 1999. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e ideologia nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, Alexandro Eugenio. Intelectuais, política e cultura na formação do Iseb. In:
- RAMOS, Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- SANTOS, Joel Rufino dos. "História Nova": conteúdo histórico do último Iseb. In:
- SANTOS, José Vicente T. dos. **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo; Campinas: Ícone; Editora da Unicamp, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **O pensamento nacionalista e os "Cadernos do nosso tempo"**. Brasília: UNB; Câmara dos Deputados; Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 1979.
- SILVEIRA, Ênio. **Editando o editor: depoimento**. In: FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). Entrevistadoras: Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes e Mirian Senra. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. Prefácio. In: BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o Iseb**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- _____. **História da "História Nova"**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **História e materialismo histórico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Global, 1987.
- _____. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- 1982.
- TOLEDO, Caio Navarro. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005a.
- _____. **Iseb: fábrica de ideologias**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. **Iseb: fábrica de ideologias**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. Organização, estrutura e trajetória do Iseb. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005b.